



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE POLÍCIA MARÍTIMA OSTENSIVA E OPERAÇÕES AQUÁTICAS - SEPOM/COT/DIREX/PF

ANEXO - 3

DO TERMO DE REFERÊNCIA

GARANTIA

1.

GARANTIA

- 1.1. Da necessidade de garantias de funcionamento (validade, garantia e assistência técnica).
- 1.2. No caso da garantia do fabricante ser maior que a garantia mínima prevista no presente instrumento, deverá prevalecer sempre a maior.
- 1.3. O fornecedor deverá substituir os equipamentos entregues com eventuais defeitos de fabricação ou que apresentarem adulteração de qualidade ou sofrerem eventuais alterações em suas características.
- 1.4. Todas as garantias deverão ser especificadas por escrito em língua portuguesa;
- 1.5. Quando da entrega do material, a CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia, contados a partir da data da emissão da nota fiscal; por meio de documento próprio ou anotação (impressa ou carimbada) na Nota Fiscal.
- 1.6. A cobertura da garantia por parte do fabricante está limitada ao que consta no termo de garantia de seus produtos, não conflitando com o código de defesa do consumidor brasileiro;
- 1.7. Ocorrendo defeito de fabricação durante o período de garantia, a CONTRATADA será comunicada e deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação, providenciar todos os trâmites necessários ao acionamento da assistência técnica, com vistas a providenciar a devida substituição da peça defeituosa, se for o caso, sem ônus para a CONTRATANTE, inclusive no que diz respeito ao eventual custo com remoção;
- 1.8. Contra defeito de fabricação ou desgaste prematuro, não caracterizado como "mal uso", pelo período de 12 (doze) meses, incluindo peças e serviços, sem ônus à Administração.
- 1.9. Pela natureza do objeto a ser comprado – embarcações para o serviço policial – e pela elevada soma de recursos públicos empregados na aquisição, é razoável a exigência de garantia do casco, motor e equipamentos.
- 1.10. Garantia do Conjunto Elétrico e Hidráulico: Garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo peças e mão-de-obra;
- 1.11. Garantia de Pintura: Garantia mínima de 12 (doze) meses nas avarias de pintura original das partes da embarcação, provenientes de defeito na pintura;
- 1.12. Garantia de Equipamentos Eletrônicos e de Navegação: Garantia mínima de 12 (doze) meses contra mau funcionamento, deterioração e oxidação dos componentes eletrônicos, incluindo peças e mão-de-obra;
- 1.13. Garantia de Equipamentos de Salvatagem: Garantia mínima conforme manual do fabricante, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses, contra mau funcionamento, deterioração e abrasão;
- 1.14. Garantia da Carreta Transporte: Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, conforme praxe do mercado, contra mau funcionamento, deterioração e corrosão, incluindo peças e mão-de-obra;
- 1.15. Garantia do Fornecimento de Peças para embarcação:
 - 1.15.1. No mínimo 20 (vinte) anos de peças originais, adquiridas e instaladas, com a possibilidade de retrofit, partir da data de venda registrada na nota fiscal.
 - 1.15.2. Deverá, ainda, manter assistência técnica autorizada para a realização de manutenções periódicas durante este período, ressalvando que, após a garantia contratual, os custos de peça e manutenções serão suportados pela Administração;
- 1.16. Os demais itens do objeto em questão que não especificados acima deverão ter garantia mínima de 12 meses.
- 1.17. A Polícia Federal/SEOPI-MJSP recusar-se-á a receber qualquer objeto que esteja com a qualidade comprometida.
- 1.18. O Licitante deverá fornecer todo o material de reposição dos equipamentos para assegurar o pleno funcionamento dos mesmos desde que cobertos pela garantia e dentro do prazo desta.

2.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 2.1. O Licitante deverá ter assistência técnica no Brasil e se responsabilizará, sem ônus à Polícia Federal/SEOPI-MJSP, pelas revisões periódicas previstas em manual do fabricante dos motores, casco, flutuadores e equipamentos eletrônicos instalados na embarcação, pelo período decorrente da garantia estipulada nesta contratação.
 - 2.1.1. Essa assistência não se confunde com a questão do fornecimento de peças previsto no item 1.15 acima.
- 2.2. A garantia inclui substituição de peças e mão de obra decorrente de defeitos de fabricação ou desgaste prematuro de peças durante a vigência da garantia.
- 2.3. Prover central de abertura de chamados técnicos, disponibilizando a abertura de chamados:
 - 2.3.1. por meio de endereço de correio eletrônico (*e-mail*);
 - 2.3.2. Ou portal na internet (ou aplicativo com a mesma finalidade). No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Polícia Federal um número único de identificação. Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da CONTRATADA para controle de chamados. O acesso a esse sistema deverá estar disponível à Polícia Federal quando solicitado. Além disso, os chamados abertos somente poderão ser abertos e fechados após autorização da Polícia Federal;
- 2.4. Qualquer chamado fechado, sem anuência da Polícia Federal ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberto e os prazos serão contados a partir da abertura original do chamado, inclusive para efeito de aplicação das penalidades previstas;
- 2.5. As atividades continuadas desempenhadas pelos NEPOMs são permanentes e regulares, essenciais à execução da política de segurança pública. Tais atividades não podem ser suspensas sem prejuízo das missões institucionais atribuídas à polícia marítima e fluvial da União. Assim sendo, é necessária a adoção de canais e meios que permitam sanar qualquer problema surgido nas embarcações a serem adquiridas, da forma mais célere possível, por serem instrumentos essenciais ao exercício e à atuação dos NEPOMs.
- 2.6. O TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA para primeiro atendimento (chamado técnico/manutenção) será de até 5 dias úteis, após abertura de chamado técnico.
- 2.7. O TEMPO MÁXIMO DE SOLUÇÃO (chamado técnico/manutenção) será de 10 até dias úteis, após abertura do chamado técnico.

3.

CONCLUSÃO

- 3.1. A garantia do produto, seja ela legal ou contratual, independe de previsão no termo de contrato, em virtude de clara cominação legal, expressa no art. 69, e §2º do art. 73 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - 3.2. Frisa-se novamente: a responsabilidade do fornecedor não é afastada quanto a eventuais defeitos, ou vícios ocultos que venham a se revelar no bem recebido pela Administração. Significa dizer que a garantia do produto, ofertada pelo fabricante, deverá ser cumprida pelo fornecedor, mesmo na ausência do termo de contrato, e não deve ser incluída na sua vigência, pois possui prazo próprio e desvinculado, não podendo, por fim, ser classificada como uma obrigação futura.
- Portanto, com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº 19597859/2021-DICON/CGAD/DLOG/PF, **considera que a compra é viável, além de ser necessária para o atendimento das**

necessidades e interesses da Administração.

Brasília, DF, 17 de agosto de 2022.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO			
Nome	JOÃO PAULO MELO MASCARENHAS		
Mat. PF	18.485	Lotação	COT/DIREX/PF
Nome	LUÍS HENRIQUE DE ALMEIDA		
Mat. PF	8593	Lotação	SR/PF/SE
Nome	SAMUEL LOPES		
Mat. PF	20.662	Lotação	CZO/DPF/SR/PF
Nome	APF ERICSSON ROMMEL ASSUNÇÃO DE SOUZA		
Mat. PF	8.519	Lotação	APOSENTADO

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos. Em razão disso, a contratação se mostra viável, e APROVO a solução sugerida.

ANDRÉ VIANA ANDRADE
Delegado de Polícia Federal
Diretor de Administração e Logística Policial



Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO MELO MASCARENHAS, Agente de Polícia Federal, em 19/08/2022, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por ERICSSON ROMMEL ASSUNCAO DE SOUZA, Agente de Polícia Federal, em 19/08/2022, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por SAMUEL LOPES, Agente de Polícia Federal, em 19/08/2022, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por ANDRE VIANA ANDRADE, Diretor(a), em 19/08/2022, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 24528557 e o código CRC E4CCE697.